

**O Fazer Literário de Maria Firmina dos Reis: O Olhar Antiescravagista de uma
Mulher, Negra, Nordestina, Pobre e Bastarda**
**The Literary Creation of Maria Firmina dos Reis: The Antislavery view of black,
Northeasterner, Poor, Bastard Woman**

Albetania Pessoa de Sousa¹

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Este estudo enfoca a primeira obra literária afro-brasileira, escrita por uma mulher negra, nordestina, pobre e bastarda: o romance romântico *Úrsula*. Buscamos compreender como se dá o olhar de Maria Firmina dos Reis diante de todas as adversidades reveladas nesta obra. A autora expõe o modo perverso com que os negros eram arrancados de sua terra África, e a narrativa se faz pela contundência de uma voz feminina representada por uma negra, gerando um tom de verossimilhança e originalidade de quem se reconhece na trama, um tom de verdade e valorização representativa da voz do negro sobre uma vertente de igualdade frente ao rico cavalheiro, por meio do poder que a literatura tem em se fazer ouvir por mundos antes não alcançados.

Palavras-chaves: Literatura afro-brasileira; Mulher Negra; Voz Feminina.

Abstract: This study focuses on the first African-Brazilian literary, work written by a black woman, northeastern, poor end bastard: the romantic novel *Ursula*. We seek to understand how is the look of Maria Firmina dos Reis before all the adversities revealed in this work. The author exposes the perverse way that blacks were uprooted from their African land, and the narrative is the forcefulness of a female voice represented by a black, generating a likelihood tone and originality of who is recognized in the plot, a tone of true and representative value of the black voice on a strand of front equal to the rich gentleman, by the power that literature has to be heard by worlds not previously achieved.

Key-words: African-Brazilian Literature; Black Women; Female Voice.

Submetido em 10 de junho de 2016.

Aprovado em 23 de agosto de 2016.

Introdução

As razões para a escolha dessa temática dão-se pela importância de trazer para a discussão o processo histórico da representatividade da mulher negra na literatura, trilhando pelos percursos da literatura abolicionista no Brasil oitocentista, revelando-se o papel anônimo da mulher negra na sociedade dessa época, podendo resultar em

¹ Aluna especial do Mestrado em letras da UFT de Porto Nacional –TO, Especialista em Gramática Textual, e-mail: aps.albetania@gmail.com

repercussões afirmativas e reveladoras sobre a mulher como figura ativa e de voz no processo histórico da formação da literatura não canônica afro-brasileira.

Para situar historicamente a evolução dessa temática nas abordagens já investigadas, como forma de validar esta discussão, de início faremos um breve relato sobre a representação da mulher na sociedade patriarcal, seguindo por uma pincelada por essa representação da mulher como personagem na literatura, caminhando para a perspectiva da obra literária *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis, sob o enfoque do papel da mulher negra na literatura escravagista, de forma que desperte interesse para uma literatura que é rica, mas que não recebeu a devida valorização, nem os resultados que a literatura afro-brasileira possa trazer para o processo inclusivo da história do negro nessa literatura e ainda produzida por uma mulher oriunda das condições de adversidades sociais, nas quais a autora surge.

Para entendermos o historicismo do papel atribuído às mulheres é necessário compreender os moldes adotados pelo patriarcalismo que ditavam as normas da sociedade demandada pela burguesia, porém, mesmo diante do domínio patriarcal, as mulheres foram sujeitos ativos da história por meio de lutas e reivindicações civis, políticas e sociais.

Esse retrospecto histórico sobre o patriarcalismo é abordado por autores clássicos do pensamento social brasileiro, tais como: Gilberto Freyre (1994) e Sergio Buarque de Holanda (1995), o primeiro por meio de sua obra *Casa Grande e Senzala*, apresenta a conhecida descrição da família patriarcal colonial brasileira, uma família chefiada por um patriarca que detém poder sobre seus filhos e esposa e também sobre agregados e escravos, constituindo uma família extensa. A hegemonia dessa imagem acabou se consolidando quanto à caracterização do que seria a família no período colonial brasileiro, embora nem sempre tomando-se as implicações que esta descrição teria para o autor. O segundo por meio da obra *Raízes do Brasil* (1995), Holanda constrói a oposição entre Estado e família, representando a formação do primeiro como triunfo do geral, intelectual e abstrato sobre os elementos - particular, material e corpóreo - presentes nas relações familiares, valendo ressaltar que a abordagem desses autores é meramente conceitual, trazendo só um espelho sobre a conceituação do que é patriarcalismo na visão desses autores.

1. Breve histórico do patriarcalismo no Brasil

Sob o olhar de Freyre (1994) fica evidente o papel do patriarca na constituição da família, o que se mostra de forma tão contundente que caminha para uma esfera de unificação política, social e econômica de fundamental importância para a consolidação da história do país, que o patriarcalismo toma o papel individual de fazer a história, independentemente do fator colonizador, que assim coloca:

(...) a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: ou oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia. (...) Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas - e mais tarde por eles realizada no Paraguai - da espanhola e da francesa. (FREYRE, 1994 : 22-3)

Na contramão dessa visão para Sérgio Buarque de Holanda (1995), o político será algo a ser construído e que pressupõe a negação da família e da ordem privada, com a qual é incompatível. Um sentido do “político” genuíno e ativamente construído, estará aí presente, rompendo com o pragmatismo e espontaneísmo da definição do político presente em Freyre (1994)

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. (HOLANDA, 1995, p. 141)

Observa-se nesse contexto as raízes fundadoras e continuadoras do patriarcalismo no Brasil, ficando evidenciado o papel secundário da mulher em relação ao homem, o que, conseqüentemente, vem refletir em todos os campos que permeiam a

figura da mulher e do homem, nesse contexto, temos uma literatura que estereotipa a mulher de forma homogênea, como veremos a seguir.

2. A mulher na literatura

Na concepção tradicional do papel da mulher, vista especialmente como esposa e mãe, permeia toda a sociedade e a literatura do período oitocentista. Apesar de novos valores emergirem durante o século XIX, há uma resistência à superação de sua condição de subalterna.

Por meio dos romances do século XIX revelam-se a extrema submissão da mulher em relação ao grupo familiar e às normas sociais em geral. Como exemplo, a mulher não deveria sair desacompanhada de parentes ou escravos. Quando isso acontecia, sua moralidade poderia ser colocada sob suspeita. Alencar, (1973, p. 11), no romance *Senhora* retrata essa condição expondo que “Aurélia era órfã; e tinha em sua companhia uma velha parenta, viúva, D. Firmina Mascarenhas, que sempre a acompanhava na sociedade. Mas essa parenta não passava de mãe de encomenda, para condescender com os escrúpulos da sociedade brasileira, que naquele tempo não tinha admitido ainda certa emancipação feminina”.

Com uma visão ainda mais pormenorizada o romance naturalista *A carne*, encontra uma justificativa para a “natureza feminina” um suporte para a inferioridade feminina. Dessa forma, encontra mais uma razão para submetê-la a uma condição animalésca instintiva.

E tinha ímpetos de comer de beijos as formas masculinas estereotipadas no bronze. Queria abraçar-se, queria confundir-se com elas. De repente corou até à raiz dos cabelos. Em um momento, por uma como intussuscepção súbita, aprendera mais sobre si própria do que em todos os seus longos estudos de fisiologia. Conhecera que ela, a mulher superior, apesar de sua poderosa mentalidade, com toda a sua ciência, não passava, na espécie, de uma simples fêmea, e que o que sentia era o desejo, era a necessidade orgânica do macho. (RIBEIRO, 1999, Capítulo III)

Destarte, mesmo diante de todas as limitações impostas, por meio dessa iniciação apresentada até aqui, para Dias (1995) muitas das mulheres pobres do século XIX eram mães solteiras que viviam sozinhas, concubinas que chefiavam suas famílias com o fruto do próprio trabalho ou mulheres que dividiam com os homens a responsabilidade pelo sustento familiar, vivenciando, dessa forma, uma liberdade impensável para as mulheres das camadas mais altas. Por uma questão de sobrevivência,

participavam do mercado de trabalho informal, embora numa posição subalterna, tendo, assim, sua condição de gênero agravada por sua condição de classe.

Na visão de Aloísio Azevedo a mulher é retratada ressaltando os aspectos animalescos instintivos, seguindo a vertente das ideias positivistas e naturalistas, fugindo ao retrato da mulher que a igreja católica definia como uma mulher que devia se manter discreta e nas sombras de alguém, que obedecessem à mãe, pai e marido, mantendo uma postura recatada, a fim de zelar pelo bom nome. No desejo do autor, a mulher do século XIX, não deveria mais se enquadrar nesse padrão da igreja católica, mas que exercitassem os organismos, como pregavam os médicos higienistas, suscetíveis a achaques melindrosos, reacionárias e supersticiosas. Os descontroles históricos e a sensibilidade nervosa faziam da figura da mulher um mundo de ignorância. Vejamos essa instintividade no romance *O Cortiço*.

Estela recebeu-o desta vez como da primeira, fingindo que não acordava; na ocasião, porém, em que ele se apoderava dela febrilmente, a leviana, sem se poder conter, soltou-lhe em cheio contra o rosto uma gargalhada que a custo sopeava. O pobre diabo desnortou, deveras escandalizado, soerguendose, brusco, num estremunhamento de sonâmbulo acordado com violência. A mulher percebeu a situação e não lhe deu tempo para fugir; passou-lhe rápido as pernas por cima e, grudando-se-lhe ao corpo, cegou-o com uma metralhada de beijos. Não se falaram. Miranda nunca a tivera, nem nunca a vira, assim tão violenta no prazer. Estranhou-a. Afigurou-se-lhe estar nos braços de uma amante apaixonada; descobriu nela o capitoso encanto com que nos embebedam as cortesãs amestradas na ciência do gozo venéreo. Descobriu-lhe no cheiro da pele e no cheiro dos cabelos perfumes que nunca lhe sentira; notou-lhe outro hálito, outro som nos gemidos e nos suspiros. E gozou-a, gozou-a loucamente, com delírio, com verdadeira satisfação de animal no cio. E ela também, ela também gozou, estimulada por aquela circunstância picante do ressentimento que os desunia; gozou a desonestidade daquele ato que a ambos acanhava aos olhos um do outro; estorceu-se toda, rangendo os dentes, grunhindo, debaixo daquele seu inimigo odiado, achando-o também agora, como homem, melhor que nunca, sufocando-o nos seus braços nus, metendo-lhe pela boca a língua úmida e em brasa. Depois, num arranco de corpo inteiro, com um soluço gutural e estrangulado, arquejante e convulsa, estatelou-se num abandono de pernas e braços abertos, a cabeça para o lado, os olhos moribundos e chorosos, toda ela agonizante, como se a tivessem crucificado na cama. (AZEVEDO,1998, p. 4-5)

Mesmo pautado nesse ideário, que tem como base construir uma nova mulher maranhense, dentro da vertente positivista e naturalista. Para Benjamim (1985), a mulher do século XIX, era retratada sob a visão dos textos escritos por homens, já que era a estes que cabiam o espaço público e a escrita, pois o discurso era homogêneo, dentro da visão una e irrevogável, como se não houvesse diferença, ou o outro lado.

Assim, sob essa perspectiva da trajetória da mulher no campo social estreitaremos para a retratação da mulher no campo literário, sob a análise do olhar de

Maria Firmina dos Reis por meio do romance *Úrsula*, enfocando na expressividade da representação do escravo como um ser em pé de igualdade com o branco, em oposição ao ambiente de inferioridade da voz da mulher e do cativo em meio à sociedade oitocentista, na contemporaneidade da autora.

3. A literatura de Maria Firmina dos Reis

Maria Firmina dos Reis foi a primeira mulher afrodescendente, nordestina e de origem humilde a relatar no romance *Úrsula* (1859), através de um discurso crítico e denunciativo, tornando públicas as condições a que estavam submetidos o negro e a mulher da sociedade brasileira. (DUARTE, 2004, p. 203).

Durante todos esses anos após a publicação do romance de Firmina, só vimos a ter o (re) conhecimento da escritora há bem pouco tempo, segundo consta no Dicionário Mulheres do Brasil, organizado por Schumacher e Brazil (2000, p. 390), traz informações de quem foi a autora.

Maria Firmina nasceu em São Luis (MA) em outubro de 1825. Negra, bastarda, filha de Leonor Felipe dos Reis, foi registrada por João Pedro Esteves. Quando tinha cinco anos foi morar em Guimarães (MA), onde prestou concurso para o ensino primário oficial e foi nomeada em 1847, disputando a vaga com mais duas candidatas.

Autora do primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil, em 1859-60 publicou, sob o pseudônimo Uma Maranhense, o romance *Úrsula*, em que abordou a questão da escravatura no Brasil e que é considerado pelos críticos um marco na literatura feminina abolicionista. Ainda sobre esse tema escreveu 13 de maio e o conto, A escrava, publicado na Revista Maranhense, também de denúncias. Publicava poesias e artigos nos jornais locais e compunha músicas para folguedos populares.

Aos 55 anos, Maria Firmina, numa atitude pioneira e ousada para sua época, fundou na sua cidade natal uma escola mista e gratuita para crianças pobres. Lecionou até aposentar-se em 1881 e nunca se casou; contudo, apesar dos poucos recursos, adotou várias crianças e cuidava de numerosos afilhados.

Especialistas em literatura brasileira consideram Maria Firmina a primeira romancista brasileira, pois as duas outras que poderiam ostentar esse mérito seriam Nísia Floresta que até 1959, somente teria feito traduções e Tereza Margarida Orta que, apesar de ter publicado o ensaio político romanceado *Aventuras de Diófanes* em 1852, partiu definitivamente para Portugal ainda muito menina.

Para Rocha-Coutinho (1994, p. 39) o romance *Úrsula* pode ser considerado uma construção irônica dos valores culturais do Brasil colonial, por três motivos: 1º - devido à consciência da autora que manifesta no prólogo do livro, de ser sua obra recebida como menor pelos homens letrados do século XIX, e, mesmo assim trazê-lo a lume; 2º - por construir de maneira excepcional a persuasão da mulher sobre sua própria condição

submissa, radicalizando a naturalização dos papéis femininos para torná-los visíveis enquanto movimentação narrativa e características das personagens mulheres; 3º - por fazer com que o negro seja humanizado e sujeito do seu próprio pensar, sendo parte fundamental da trama narrativa através da articulação dos acontecimentos e pela sua própria fala.

Partiremos do pressuposto de que *Úrsula* se torna o primeiro romance brasileiro a desorganizar o poder mandonista dos proprietários da terra, pois além de eles serem personagens secundários, são punidos pelo investimento literário, ao exercerem na narrativa apenas a função de antagonistas, sem nunca apresentar-se nas mesmas condições de desenvolvimento do amor e da plenitude da vida, fato que consolida a ironia em sua construção narrativa, não apenas como afronta ao retórico até então, mas como construção de significado, pois os senhores da terra (os poderosos) passam a ser maus e execráveis no domínio da literatura, fato inusitado no ambiente ao qual nasce sua literatura.

Na visão da autora seu romance seria uma obra pequena, de uma autora menor ainda, é o que se percebe pelo seu relato a seguir, porém, corajosamente, levanta a sua voz, e desafiou:

“Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida o seu cabedal intelectual é quase nulo. [...]”

“[...] Mesquinho e humilde livro [...]” Mesmo sabendo do indiferentismo de uns e do riso de outros”

“[...] ainda assim o dou a lume [...] (REIS, 2004, p. 13)

O romance *Úrsula* conta a história de uma jovem que é aprisionada pelo tio em uma fazenda do Maranhão, a qual vive o imbróglio de uma tragédia familiar e amorosa, com sua mãe doente que depende de seus cuidados, seu fiel escravo Túlio vive em sua companhia sem perspectivas de melhoras, já que também tem à sua volta uma mãe débil, e o grande amor de sua vida, Tancredo, que é assassinado pelo tio que, na verdade, a ama e deseja desposá-la. Além disso, paira a suspeita de que o tio tenha roubado e matado o seu pai, fato que atormentará *Úrsula* durante toda a narrativa. A escravidão é o cenário social do enredo. As relações que predominam são de dominação de senhores sem escrúpulos sobre seus escravos. Não é raro que violências contra

mulheres e mortes de negros tragam o leitor sempre em tensão durante o desvelamento da narrativa.

No contexto da narrativa folhetinesca, o romance *Úrsula* leva a escritora a apropriar-se das técnicas do romance de fácil aceitação popular, a fim de usá-las como instrumento a favor da dignificação dos oprimidos, em especial a mulher e o escravo. A mulher tem uma representação bem característica da escola literária do romantismo, que não foge das condições definidas pelo discurso homogêneo, vejamos então como é definida Úrsula e a mãe de Tancredo:

Úrsula: “[...] Bela como o primeiro raio de esperança... Era tão caridosa... Olhos negros, formosos e melancólicos... Com a timidez da corça... Era ingênua e singela em todas as suas ações [...]” (REIS, 2004, P. 32 e 33)

Mãe de Tancredo: “[...] uma mulher passiva, resignada, de seus desejos e vontades. [...] meu pai era o tirano de sua mulher; e ela triste vítima, chorava em silêncio e resignava-se com sublime brandura [...] Minha mãe era uma Santa humilde mulher”. (REIS, 2004, p. 50)

O triângulo amoroso formado pela jovem Úrsula, seu amado Tancredo e pelo tio Comendador, que surge como encarnação de todo o mal sobre a terra, ocupa o plano principal das ações. Além de assassinar o pai e abandonar a mãe da protagonista por anos entrevada numa cama, o Comendador representa a figura sádica do senhor cruel que explora a mão de obra escrava até o limite de suas forças. Ao final, enlouquecido de ciúmes, o vilão mata Tancredo na noite do casamento deste com Úrsula, com a consequente loucura e posterior falecimento da heroína, o que o faz ficar inconsolável por conta do remorso que também o leva à morte, mas antes, concede a libertação aos seus escravos. Com isso, o texto Firminiano foge ao clichê romanesco do final feliz e opta pelos esquemas consagrados no romance gótico a fim de estabelecer a aceitação empática do público.

Na medida em que surgem os dramas dos escravos o livro vai evoluindo, a narrativa tem início com o jovem Túlio, o único cativo da mãe de Úrsula, o qual salva a vida de Tancredo num acidente. Sendo o primeiro capítulo denominado de *Duas Almas Generosas*, o que se comprova pelo destaque da humanidade condoída do sujeito afro-descendente, cujo perfil dramático vai além da mera força de trabalho ou do papel da representação do ódio rancoroso dos quilombolas. A voz do negro na narrativa é valorizada por meio das características próprias dos afro-descendentes, rompendo-se,

assim, com o estereótipo racial que sempre deu ao negro uma conotação negativa, vemos a impressão que o nobre cavaleiro tem do cativo,

“O cavaleiro começava a coordenar suas ideias, e as expressões do escravo, e os serviços que lhe prestara tocaram-lhe o mais fundo do coração. É que em seu coração ardiam sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro: por isso, num transporte de íntima e generosa gratidão, o mancebo, arrancando a luva, que lhe calçava a destra, estendeu a mão ao homem que o salvara.” (REIS, 2004, p. 23)

Vejamos que para Duarte (2004) “o negro não foi apenas colocado na trama em pé de igualdade frente ao rico cavaleiro. Mais que isto, ele foi a “base de comparação” para que o leitor aquilatasse o valor do jovem herói branco.”

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar 25 anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a escravidão não puderam resfriar, embalde – dissemos – se revoltava; porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco (REIS, 2004, p. 22).

O território cultural que embasa o projeto do romance é estabelecido logo no prólogo da obra. Era 1859, momento em que a prosa de ficção dava seus primeiros passos na literatura brasileira. Com seu gesto, sob muitos aspectos inaugural, Maria Firmina apontou o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia de injustiças, há séculos arraigadas na sociedade patriarcal brasileira e que tinham no escravo e na mulher suas principais vítimas. Foi, portanto, como mulher e como afro-brasileira que a autora pôs-se a narrar o drama da jovem Úrsula e de sua desafortunada mãe, ao qual se acrescentaram os infortúnios de Tancredo, traído pelo próprio pai, e a tragédia dos escravos Túlio, Susana e Antero, que receberam no texto um tratamento marcado pelo ponto de vista interno, pautado por uma profunda fidelidade à história oculta da diáspora africana no Brasil, vemos a voz de mãe Suzana quando esta é arrancada de sua terra,

“Foi embalde que supliquei em nome de minha filha, que me restituísse a liberdade: os bárbaros sorriam-se de minhas lágrimas, e olhavam-se sem compaixão. [...] Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como

animais ferozes das nossas matas que se levam para recreio dos potentados da Europa.” (REIS, 2004, p. 116-117)

Nota-se que aqui a solidariedade para com a dor do oprimido é absolutamente inovadora se comparada àquela existente em outros romances abolicionistas do século XIX, pois nasceu de uma outra perspectiva, pela qual a escritora, irmanada aos cativos e a seus descendentes, expressou, pela via da ficção, seu pertencimento a este universo de cultura.

Com o desenvolvimento da trama a virtudes de Túlio vão se tornando cada vez mais evidentes, o que também em paralelo ocorre o fortalecimento da amizade com Tancredo, a partir de então, o negro torna-se companhia inseparável do nobre cavaleiro. Ele faz a figura do jovem de bom caráter, que respeita a senhora por não tê-lo maltratado, e que se julga em dívida com aquele que o libertou.

Sendo, no entanto, sua nova condição denunciada pelo discurso crítico de Mãe Susana, quando esta ironiza a “liberdade” do alforriado, já que liberdade existia quando ela vivia com os seus em sua terra África:

- Tu! tu livre? Ah não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. (...) Liberdade... eu gozei em minha mocidade! – continuou Suzana com amargura. Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. (REIS, 2004, p.114-115)

Além disso, temos uma outra condição do escravo idoso representada na obra pela figura de Pai Antero, que “era um escravo velho, que guardava a casa, e cujo maior defeito era a afeição que tinha a todas as bebidas alcoólicas”. (REIS, 2004, p. 205), que na concepção de Duarte (2004),

Pai Antero, sujeito de bom coração, mas dominado pelo alcoolismo. Saudoso dos costumes de sua terra e do “vinho de palmeira” bebida no ritual africano do descanso semanal, que Maria Firmina nomeia “festa do fetiche”, Antero cumpre na trama o contraponto dramático ao caráter elevado de Túlio. Além disso, ao ressaltar o vício do personagem, o texto escapa à idealização pela qual todo negro seria perfeito e todo branco ruim. Com Antero, fechou-se a estrutura trina encimada por Mãe Susana, e essa tríade negra vai aos poucos sequestrando a atenção do leitor e superando em importância o previsível triângulo amoroso vivido pelos personagens brancos.

Como artifício político, inteligentemente Firmina apropria-se de valores cristãos como forma de não confrontar sua proposta com as convicções dos leitores brancos,

fazendo sutilmente aparecer a condição do cativo como vítima, e não algoz, que assim faziam transparecer

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo – e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?! E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista. (REIS, 2004, p. 21-22)

Mas, nem por isso, a autora deixa de se colocar claramente em oposição à escravidão, tecendo fortemente um discurso antiescravagista, vejamos esse posicionamento a seguir:

Ele entanto resignava-se; e se uma lágrima a desesperação le arrancava, escondia-a no fundo da sua miséria.
Assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperança, sem gozos!
Oh! Esperança! Só a têm os desgraçados no refúgio que a todos oferece a sepultura!... Gozos!.. só na eternidade os anteveem eles!
Coitado do escravo! Nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargura dor!!..
Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo – e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... e aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?!
E o mísero sofria, porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma, porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma.
Era infeliz, mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se na presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista. (REIS, 2004, p. 22-23)

Nosso intuito aqui foi trazer um pouco do olhar de Maria Firmina dos Reis, por meio do romance *Úrsula*, na figura do cativo e da mulher na sociedade da segunda metade do século XIX, o que embora, não tenhamos nos aprofundado na extensão de toda a obra, até porque não caberia nas exigências deste trabalho, mas configura-se aqui que esses cativos sempre buscaram colocar voz nesse mundo de injustiças da servidão desse povo, que clamavam por liberdade e apropriação de uma identidade, mesmo longe de suas raízes africanas, procuravam preservar seus costumes e manter viva sua identidade cultural.

Sem menor valia, sob o olhar Firminiano temos a figura de uma mulher, que nos ativemos à análise somente das mães, que é vista como: dócil, gentil e saudosa de

seus filhos arrancados de si, na figura de Mãe Suzana. Assim como, a frágil, doce, inocente e piedosa Úrsula, não muito diferente de sua mãe. Restando mais detalhes de outras mulheres que não trouxemos para esta discussão.

Enfim, podemos inferir que a autora procura dar voz ao negro e à mulher, tematizando a partir de uma perspectiva de sua visão a representação do negro narrando a sua história cheia de sofrimentos, sonhos e fé, com argumentos contra a escravidão.

Referências

ALENCAR, José de. Ubirajara. São Paulo: Ática, 1973. *Iracema: lenda do Ceará*. São Paulo: Ática, 1980.

AZEVEDO. Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Ática, 1998.

BENJAMIM. Walter. Obras Escolhidas, V. I, *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Jurandir Sebastião Freire. *Ordem Média e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUARTE, Eduardo de Assis, *Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira*. [Posfácio]. In: REIS, *Maria Firmina dos Reis. Úrsula; A Escrava*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

FREYRE, G., *Casa-grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, apresentação de Darcy Ribeiro*, Rio de Janeiro, Record, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

REIS, Maria. *Úrsula*. 1ª edição 1859. Florianópolis: Editoras Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

RIBEIRO, J. *A carne*. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984. (Biblioteca do estudante: Obras imortais de nossa literatura).

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL. Érico Vital (Orgs.). *Dic. Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.